



# III Seminário de Socioeconomia do Licenciamento Ambiental Federal de Petróleo e Gás:

uma proposta para os programas do Eixo 4 do Plano Macro



A realização do Plano de Avaliação e Revisão de Mitigação de Impactos Socioambientais (Parmis) é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA



O projeto de pesquisa “**Plano de Avaliação e Revisão da Mitigação de Impactos Socioambientais (PARMIS)**” foi exigido como condicionante da Licença de Operação nº 1572/2020, concedida à Empresa Trident Energy do Brasil Ltda. para o sistema de produção, coleta e escoamento de petróleo e gás natural dos polos *Pampo e Enchova, campos de Badejo, Bonito, Bicudo, Enchova, Enchova Oeste, Linguado, Marimbá, Pampo, Piraúna e Trilha, na Bacia de Campos.*

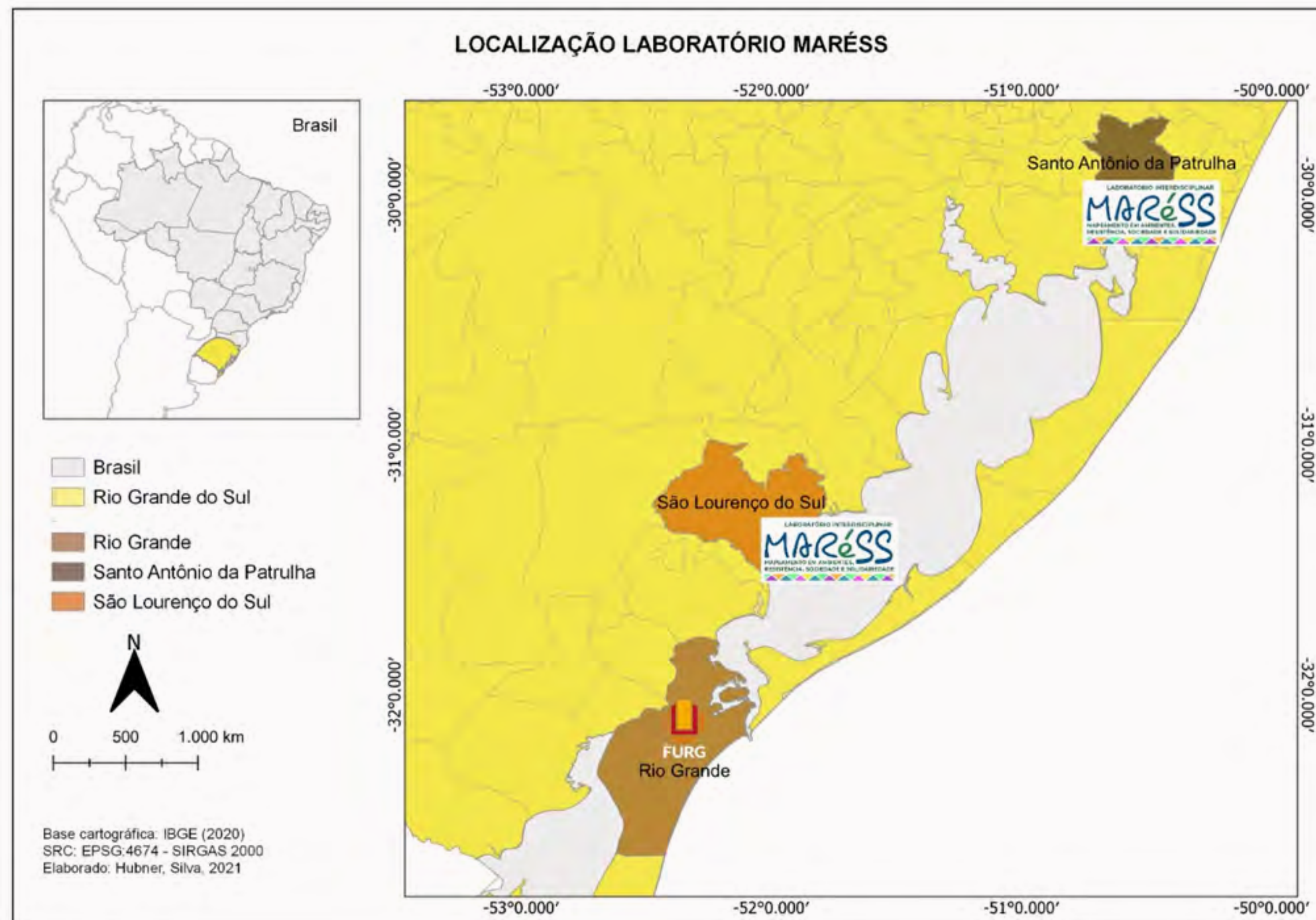


Síntese dos Resultados da Pesquisa do PARMIS (Documento 1)

# Subsídios para a formulação dos programas propostos para o Eixo 4

## Apresentação

- ▶ Condicionante da **Licença de Operação no 1572/2020 - 1ª Retificação**, da Empresa Trident Energy
- ▶ Executada pelo Laboratório **MARéSS/FURG**





- ▶ Início: **janeiro de 2021**
- ▶ Período de execução: **3 anos**
- ▶ Realizada por demanda do IBAMA e elaborada conjuntamente com o órgão, face à estruturação do Plano Macro (Parecer Técnico 189/2020-COPROD/CGMAC/DILIC de 15 de maio de 2020)

# Equipe técnica

## Coordenação Geral

Tatiana Walter  
Patricia Tometich  
Naila de Freitas Takahashi

## Docentes

Cristiane Simões Netto Costa  
Gracieli Trentin  
Liandra Peres Caldasso  
Marcia Borges Umpierre

## Coordenação técnica

Bianca Moreira Caetano  
Juliana Conti Hubner  
Leon Barreto Gonçalves Rosa  
Melissa Duarte Orestes  
Tanize Dias  
Franciely Frasseto Delolmo  
Ledesma

## Pesquisadoras/es

Luceni Medeiros Hellebrandt  
Raquel de Carvalho Dumith  
Fabiane Fagundes da Fonseca  
Indira de Avila dos Santos  
Juliana Fonseca Oliveira de Melo  
Marilia Silva da Costa  
Maryanna Oliveira Pozenato  
Natália Barreto Gonçalves Rosa  
Rafaella Bubolz  
Roberto Caldeira Lopes  
Júlia Leandro Ribeiro  
Lucas Lins Costa  
Bianca Kernbeis dos Santos

Matthews Rocha Mello  
Vania Pierozan  
Venine Oliveira dos Santos  
Diego Winter de Freitas  
Adriana Sandini Miotto  
Giovani Hober Ghiggi  
Gabriel Henrique Silva das Dores  
Letícia Hanna dos Santos Falcão  
Nahome Paz Azevedo dos Santos  
Rayssa Lordelo Fatturi  
Suelen de Souza Cadaval  
Tais Reisderfer



# Fundamentação

**Nota Técnica 01/2010** molda à execução de Programas e Projetos de Educação Ambiental que se dão na interface entre Educação Ambiental e Avaliação de Impactos Ambientais

PEA são parte da **política pública ambiental** e ocorrem dentro da institucionalidade do licenciamento ambiental



## Objetivos

- 1** **Sistematizar** resultados gerados pelos PEA no sentido de ampliar a visibilidade em torno da contribuição destes, para além dos aspectos afeitos aos processos de ensino-aprendizagem, mas sem desconsiderá-los.
- 2** **Analisar** as fragilidades associadas à implementação da Nota Técnica nº 01/2010, tendo como referência o fato de:
  - i)** Programas e Projetos se constituírem em uma medida de mitigação do licenciamento ambiental;
  - ii)** atualmente, o IBAMA – em conjunto com as empresas petrolíferas que atuam nas Bacias de Santos, Campos e Espírito Santo – alçarem esforços em estruturar e implementar o Plano Macrorregional de Gestão de Impactos Sinérgicos das Atividades Marítimas de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural (Plano Macro).
- 3** **Subsidiar** a proposta de diretrizes de forma a articular as ações delineadas no âmbito da Nota Técnica 01/2010 ao Plano Macro



# Aspectos Transversais à Pesquisa

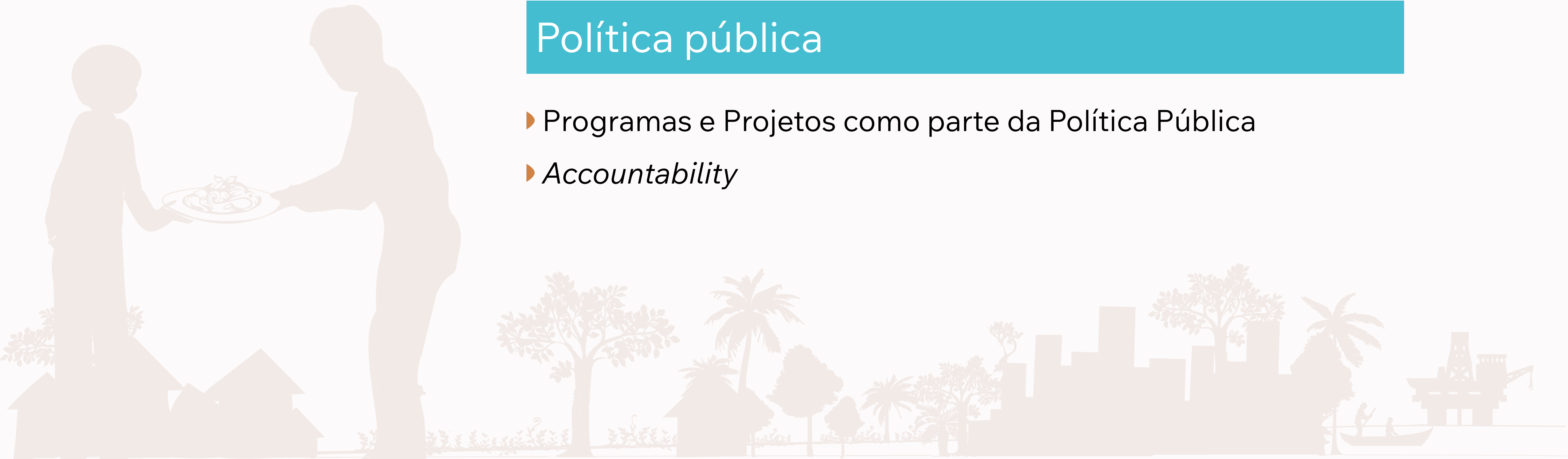
- 1 **Pesquisa-ação**
- 2 **Indissociabilidade entre pesquisa, extensão e ensino**
- 3 **Análise sobre a consonância entre a NT 01/2010 e o Plano Macro**
- 4 **Perspectiva Crítica**



# Fundamentação Teórica

## Política pública

- ▶ Programas e Projetos como parte da Política Pública
- ▶ *Accountability*



## Licenciamento Ambiental e Avaliação de Impacto Ambiental

- ▶ Caracterização dos Aspectos Ambientais das Atividades Marítimas de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás
- ▶ Caracterização de seus principais Impactos Socioambientais
- ▶ Definição e características da Mitigação de Impactos Socioambientais



## Ecologia Política

- ▶ Assimetrias sociais e territoriais na distribuição de impactos
- ▶ Vulnerabilidade Socioambiental aos Impactos

## Educação Ambiental Crítica



- ▶ Educação Ambiental no Processo de Gestão Ambiental Pública

# Escopo da Pesquisa

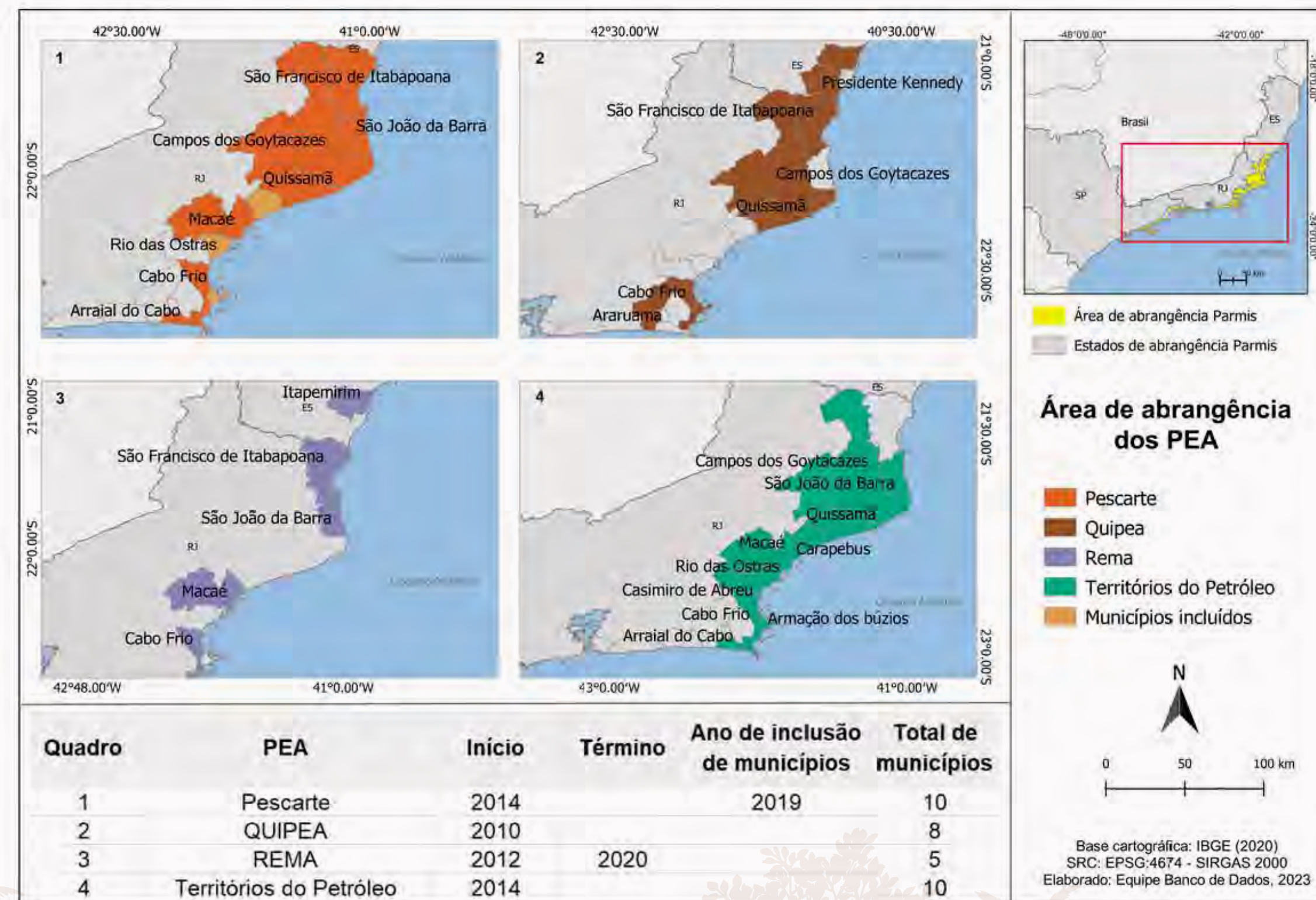
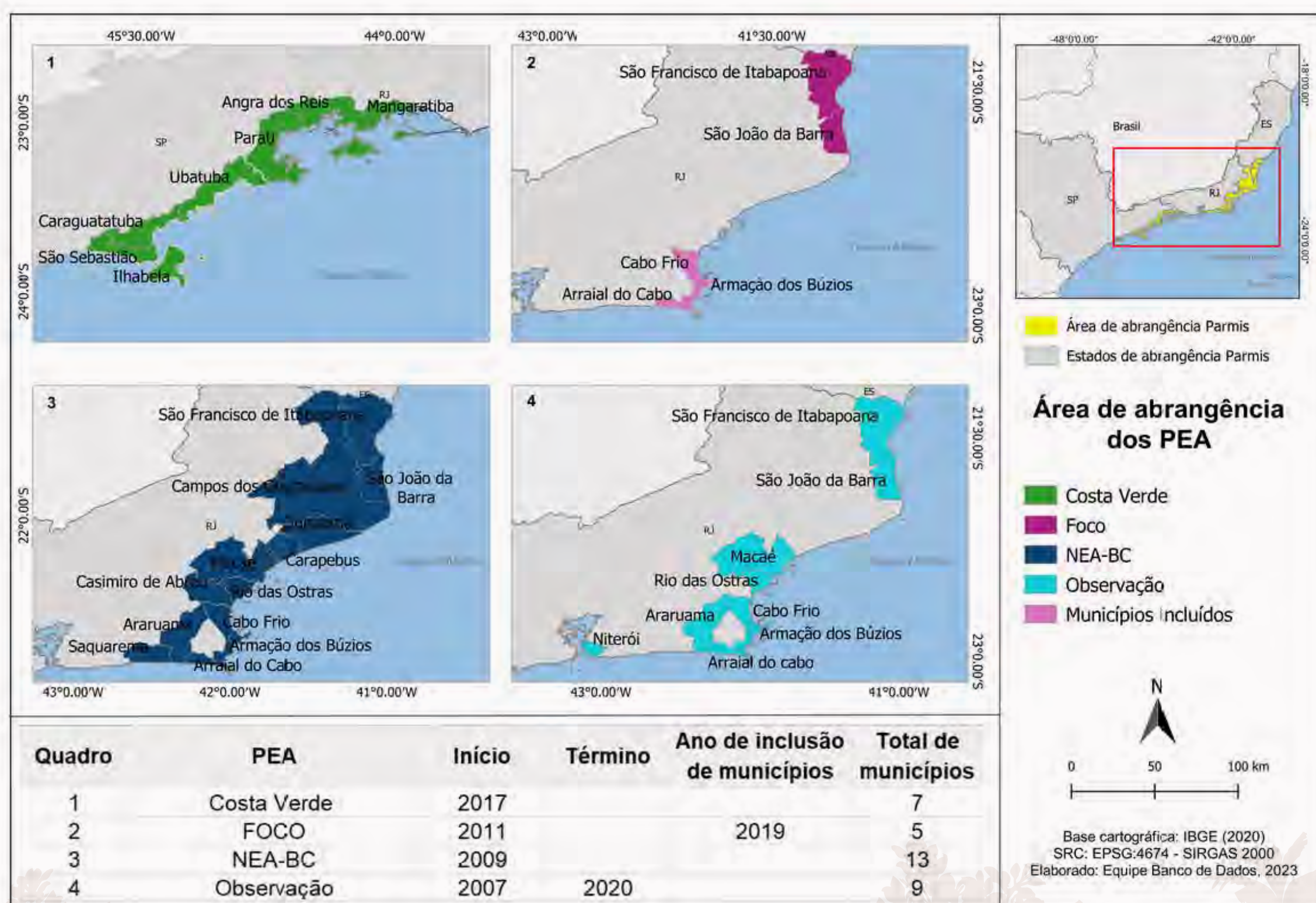


## Recorte da Pesquisa

PEA que estão situados na **área de abrangência** do Plano Macro e que continham **resultados consolidados**



# III Seminário de Socioeconomia do Licenciamento Ambiental Federal de Petróleo e Gás: uma proposta para os programas do Eixo 4 do Plano Macro





# Procedimentos da Pesquisa



# III Seminário de Socioeconomia do Licenciamento Ambiental Federal de Petróleo e Gás: uma proposta para os programas do Eixo 4 do Plano Macro



## Análise documental dos PEA e aplicação de formulários eletrônicos junto às empresas e coordenações

- ▶ Sistematização dos resultados dos PEA
- ▶ Sistematização das informações constantes dos relatórios e planos de trabalho
- ▶ Elaborados *dashboards*
- ▶ Resultados apresentados em reuniões com as coordenações técnicas e representantes de operadoras de cada PEA

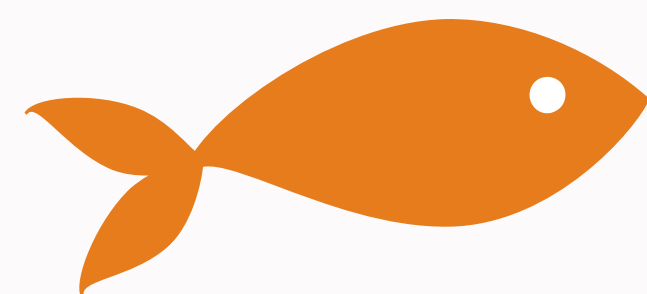


## Análise documental do acervo do projeto “Impactos na Pesca”

- ▶ Análise documental de **53 entrevistas**
- ▶ **48 categorias** de análise

## Entrevistas em profundidade com coordenações dos PEA e técnicos(as) das operadoras

- ▶ Inicialmente, um roteiro geral
- ▶ Roteiros específicos, considerando as especificidades de cada PEA,
  - ▶ **7 entrevistas** com empresas
  - ▶ **7 entrevistas** com coordenações





## Entrevistas em profundidade com Sujeitos(as) da Ação Educativa (SAE)

- ▶ **35 entrevistas** com SAE
- ▶ **16 municípios** entre o litoral sul capixaba, a região dos lagos, o norte fluminense, o litoral sul fluminense e o litoral norte paulista

## Oficinas com analistas da COPROD/IBAMA

- ▶ **1ª Oficina PARMIS** - Dias 07, 09 e 11 do mês de março de 2022 e 26, 27 e 28 de abril de 2022,, modo online.
- ▶ **2º Oficina PARMIS** - 6 encontros, realizados nos dias 04/10; 11/10; 25/10; 8/11; 22/11 e 06/12, do ano de 2022, modo online.
- ▶ **3ª Oficina PARMIS** - período de 15 a 20 de maio de 2023. 36 horas de trabalho imersivo divididos em quatro dias nos turnos manhã e tarde, presencial.



## Roda de conversa com educadores(as) ambientais

- ▶ Ocorreu de forma remota, no dia 11 de julho de 2023 das 19h às 22h
- ▶ **167** inscrições e cerca de **130** participantes na roda de conversa

## Observação participante em eventos dos PEA

- ▶ **8 eventos** observados
- ▶ Abrangendo **7 PEA**



## Organização, categorização e análise dos dados

- ▶ **23** formulários eletrônicos aplicados
- ▶ **420** questões no total
- ▶ **103** entrevistas
- ▶ **114** horas em registro audiovisual
- ▶ **2.460** páginas de entrevistas transcritas
- ▶ **112** horas de oficina com a COPROD/IBAMA
- ▶ **529** páginas de relatoria



# Categorização dos Resultados

## 1 Entrevista Estruturada (Formulário Eletrônico)

Organização dos dados\* por meio do *dashboard*

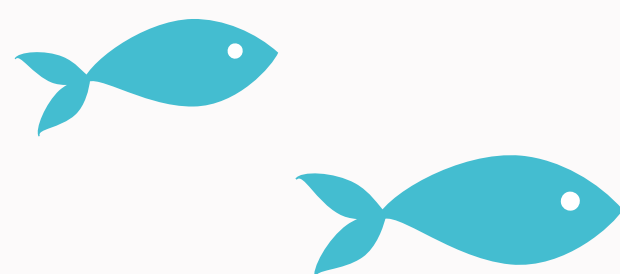
\* DADOS SUBESTIMADOS

2 Qualificação dos resultados a partir das entrevistas em profundidade com SAE, Coordenações e Empresas, Análise documental, Acervo *Impactos na Pesca* e Referência bibliográfica

3 Categorias e subcategorias de resultados

# Categorização das Fragilidades

- 1 Entrevistas em Profundidade com coordenações dos PEA, empresas e SAE, Acervo Impactos na Pesca e Oficinas com Analistas do IBAMA**
- 2 Leitura das falas e recategorização a partir da análise entre causa e consequência, análise documental, revisão bibliográfica e roda de conversa com educadores**
- 3 Categorias de fragilidades**



# Resultados dos PEA



## Avanços nos Processos Organizativos dos SAE

Dizem respeito a todos elementos que contribuem para a **participação na Gestão Ambiental Pública**, seja em nível municipal, estadual, regional ou federal, e na contribuição em processos organizativos dos grupos vulnerabilizados capazes de viabilizar a organização comunitária em nível institucional.

### Subcategorias

- ▶ Formalização e regularização de entidades representativas dos SAE
- ▶ Acesso a espaços de participação
- ▶ Acesso a direitos e políticas públicas
- ▶ Articulação com Movimentos Sociais
- ▶ Fomento à captação de recursos

# Resultados na mitigação de impactos

Caracteriza os resultados referentes à atuação dos PEA sobre **diminuição dos fatores de vulnerabilização socioambiental** dos SAE e sobre a **mitigação dos impactos socioambientais da indústria petrolífera**, por meio da participação na gestão ambiental pública.

## Subcategorias

- ▶ Diminuição da vulnerabilização socioambiental
- ▶ Mitigação dos impactos socioambientais

## Formação de equipe técnica

Caracteriza os resultados referentes à **formação da equipe técnica** e sua relevância na qualificação das ações dos PEA e na condução dos processos de ensino aprendizagem junto aos SAE

### Subcategorias

- ▶ Qualificação da equipe técnica considerando a sua importância na mediação de conteúdos junto aos SAE.



# Resultados além dos previstos na Nota Técnica nº 01/2010

Caracteriza os resultados que **não estavam previstos na Nota Técnica** como um resultado a ser alcançado.

## Subcategorias

- ▶ Produção de conhecimento acadêmico/científico
- ▶ Contribuições dos PEA em situações de emergência, considerando a pandemia de Covid-19”.

# Fragilidades

A análise sobre as fragilidades teve como objetivo compreender os aspectos limitantes de Programas e Projetos de Educação Ambiental que derivam da implementação da Nota Técnica nº 01/2010, considerando tanto os processos técnico-institucionais decorrente de sua inserção no âmbito do licenciamento ambiental como de seu escopo.





# Delimitação do PEA por empreendimento/ empreendedor ou de PEA por conjunto de empreendimentos/ empreendedor

Caracteriza aquelas fragilidades que são decorrentes da **implementação dos PEA ocorrer empreendimento a empreendimento**, a despeito dos mesmos subsidiarem Programas Regionais

## Subcategorias

- ▶ Delimitação dos PEA de forma restrita à Área de Influência;
- ▶ Dinâmica da indústria;
- ▶ Capacidade institucional do IBAMA.

# Gestão dos PEA a partir da relação empresa petrolífera-entidade executora mediada pelo licenciamento ambiental

Caracteriza o conjunto de fragilidades em torno das **relações contratuais e das características administrativas** que envolvem empresa petrolífera e entidades executoras mediadas pelo processo de licenciamento ambiental

## Subcategorias

- ▶ Relacionamento comunitário;
- ▶ Sobrecarga de trabalho e rotatividade das equipes técnicas;
- ▶ Descontinuidade dos PEA;
- ▶ Centralidade das empresas petrolíferas em torno da condução da mitigação;
- ▶ Rotatividade de perfis profissionais adequados aos PEA nas empresas.

# Escopo do Programa - Linha de ação - Projetos de Educação Ambiental

## Subcategorias

- ▶ Diagnóstico participativo;
- ▶ Linhas de ação;
- ▶ Aspectos teóricos-conceituais ausentes na NT nº 01/2010;
- ▶ Formulação de Programas de Educação Ambiental;
- ▶ Ausência de sistema de monitoramento e avaliação dos resultados.

# Tensionamentos entre educação ambiental e licenciamento ambiental

Caracteriza as fragilidades que decorrem da **complexidade da mitigação de impactos socioambientais** que incidem sobre os grupos sociais e necessitam ser tratados no âmbito dos PEA.

## Subcategorias

- ▶ Institucionalidade do licenciamento ambiental;
- ▶ Senso comum sobre educação ambiental;
- ▶ Tensionamento entre abrangência territorial dos PEA e características da educação popular;
- ▶ Mobilização e permanência de SAE;
- ▶ Utilização de linguagem técnica, não condizente à realidade dos SAE.

# Contribuições das análises ao Plano Macro



## Programas de intervenção do Eixo 4 para o Plano Macro\*

- ▶ Programa Macrorregional de **Controle Social das Rendas Petrolíferas**
- ▶ Programa Macrorregional de **Segurança Territorial das Comunidades Pesqueiras**
- ▶ Programa Macrorregional **Observatório da Dinâmica da Indústria Petrolífera**
- ▶ Programa Macrorregional de **Formação Continuada**

O Programa de Caracterização de Educação Ambiental dos Trabalhadores, que também comporá esse Eixo, não integra o Escopo do PARMIS.

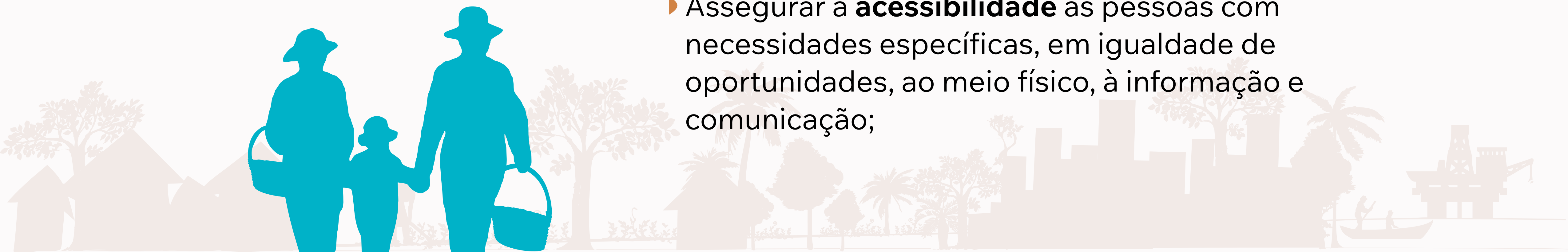
## Escopo dos programas

- ▶ Justificativa
- ▶ Objetivo Geral
- ▶ Objetivos Específicos
- ▶ Principais impactos e fatores de vulnerabilização socioambiental que o programa visa mitigar
- ▶ Perspectiva da mitigação
- ▶ Articulação com demais programas do Plano Macro
- ▶ Indicadores
- ▶ Considerações acerca do programa



## Considerações gerais para a implementação dos Programas

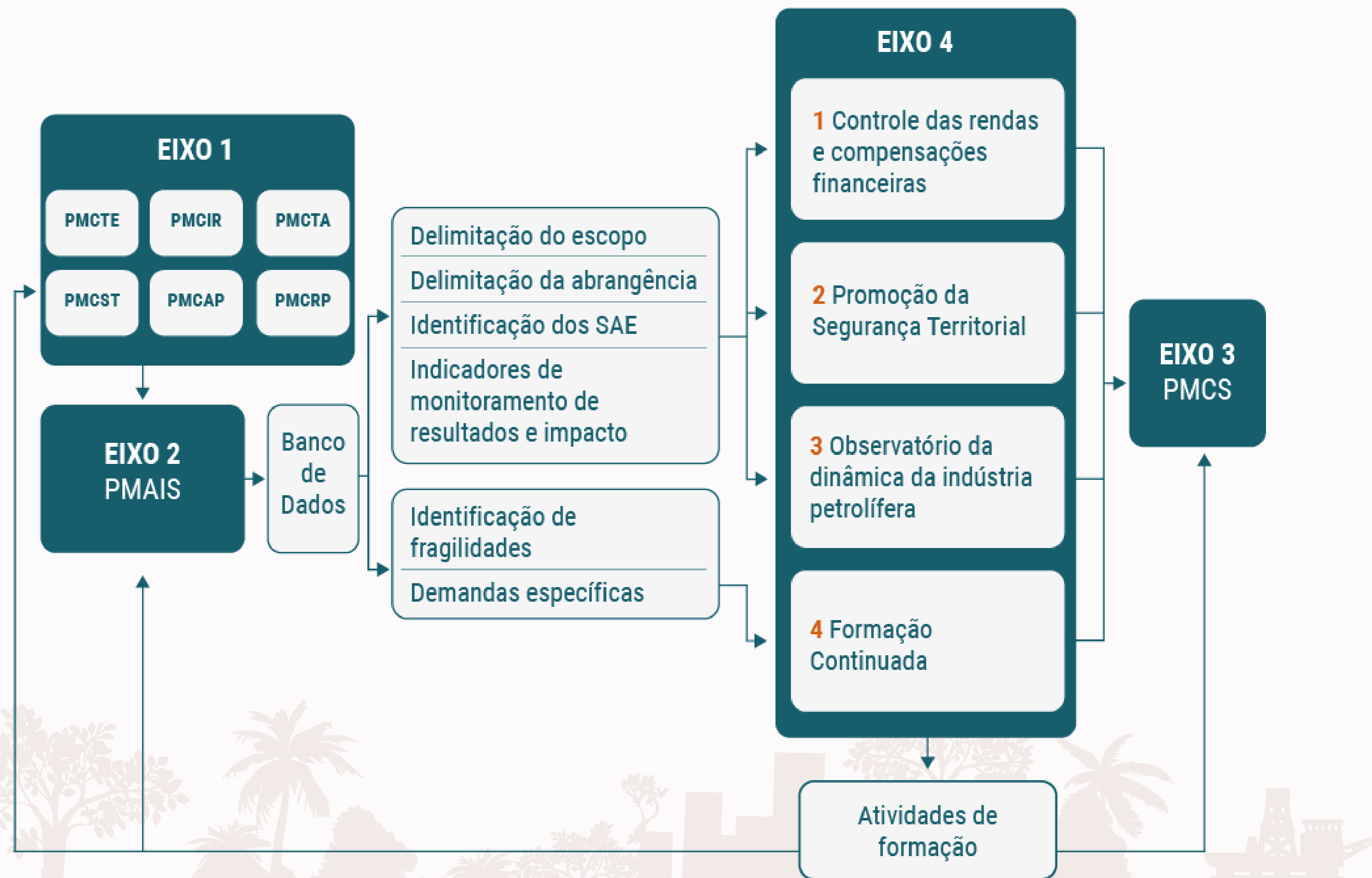
- ▶ Observar os objetivos de cada programa, para **compor equipes técnicas multiprofissionais**, considerando os elementos de classe, buscando equidade e inclusão em termos de gênero, raça/etnia e geracionalidade (intergeracional e geracional), valorizando profissionais dos territórios e garantindo a diversidade socioambiental;
- ▶ Observar os mesmos elementos citados no item acima para o perfil de **participantes do projeto**;
- ▶ Assegurar a **acessibilidade** às pessoas com necessidades específicas, em igualdade de oportunidades, ao meio físico, à informação e comunicação;





- ▶ Buscar a **adequação da linguagem** no sentido de garantir uma linguagem acessível para diferentes grupos e demandas;
- ▶ Garantir a **transparência** em relação às ações desenvolvidas pelos programas do Eixo 4;
- ▶ Considerar a **manutenção ou promoção da saúde ambiental** como estratégia à sadia qualidade de vida dos grupos vulnerabilizados que são afetados pelos impactos socioambientais da cadeia produtiva de petróleo e gás.
- ▶ Assegurar que a **fundamentação teórico-metodológica para a formulação e execução dos programas siga sendo proveniente da Educação Ambiental Crítica**, compreendendo a experiência da implementação da educação ambiental no processo de gestão ambiental pública, especificamente da Educação Ambiental no Licenciamento do IBAMA, e em consonância com a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA).

## Interação entre os programas propostos para o Eixo 4 e demais eixos do Plano Macro



**Conjunto de indicadores do Programa**

Divulgação e comunicação

Equidade, inclusão e diversidade

Incidência política

Infraestrutura

Mobilização

Investimento por finalidade

Processos de ensino-aprendizagem

Indicadores específicos por programa

**Obrigada!**

1

# Programa Macrorregional de Controle Social das Rendas Petrolíferas

## Justificativa

### Impactos

Dependência do orçamento público sobre as rendas petrolíferas.

Sobrecarga de serviços e equipamentos públicos face atratividade da indústria.



### Intuito

Ampliar a destinação do orçamento às políticas públicas e instrumentos necessários à qualidade de vida.

considerando a perspectiva da *justiça intergeracional*

## Participantes

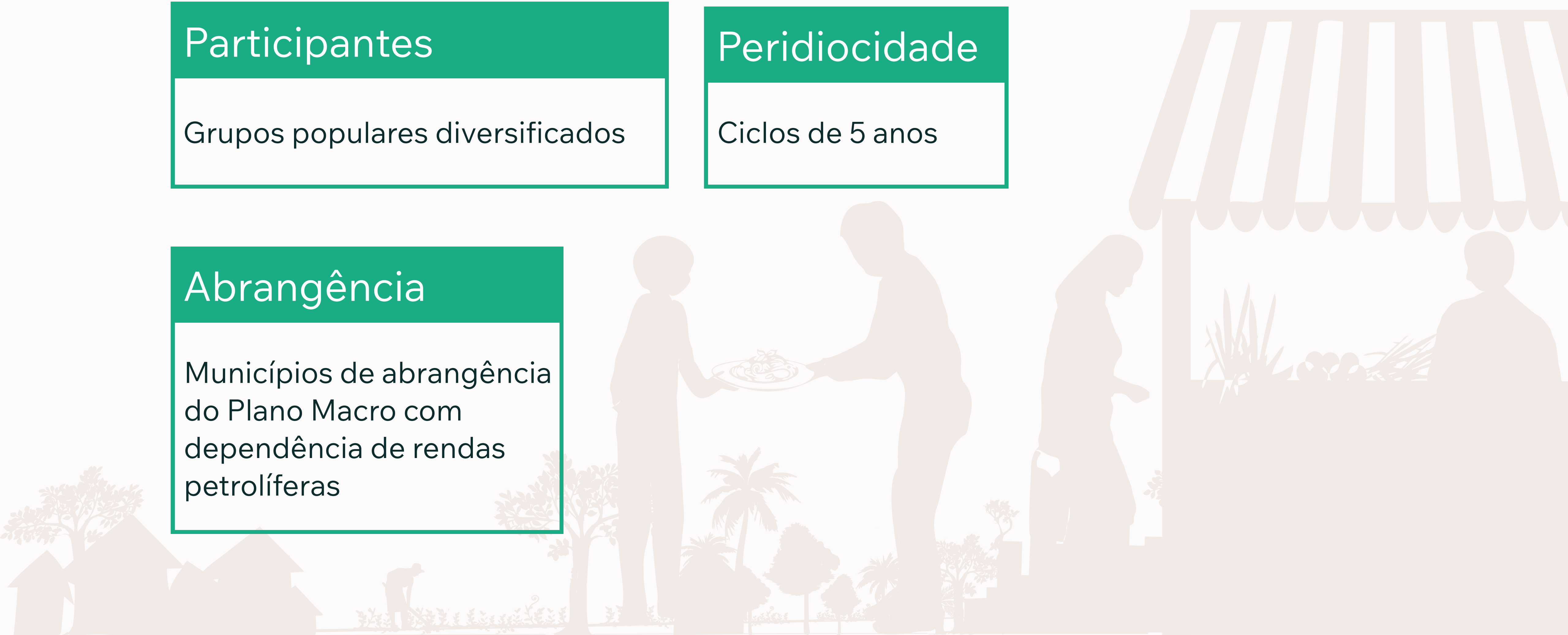
Grupos populares diversificados

## Periodicidade

Ciclos de 5 anos

## Abrangência

Municípios de abrangência do Plano Macro com dependência de rendas petrolíferas



## Objetivo geral

Contribuir para a **redução da dependência das rendas petrolíferas** no orçamento público e impactos associados, fortalecendo a participação popular nos espaços de decisão.





## Objetivos específicos

1

**Mobilizar** participantes e conduzir processos de ensino-aprendizagem visando o desenvolvimento de habilidades para o controle social do orçamento público e políticas de ordenamento territorial;

2

**Fomentar** a participação popular qualificada em espaços de decisão sobre o orçamento público e políticas de ordenamento territorial;

3

**Promover** espaços de discussão democráticos sobre:

a) origem, uso e dependência de rendas petrolíferas em nível municipal e a necessidade de diversificação das rendas no orçamento público;

b) relação do uso de combustíveis fósseis com as mudanças climáticas e os reflexos da transição energética no orçamento dos municípios;

4

**Fomentar** a articulação permanente entre organizações em nível municipal, regional, estadual e nacional para a promoção de debates sobre o uso de rendas petrolíferas;

5

**Elaborar** materiais didáticos conforme necessidade do programa, incluindo orçamento municipal e rendas petrolíferas, considerando as informações produzidas pelo PMCRP e o perfil dos participantes do Programa;

6

**Divulgar** os resultados do programa conforme previsto no PMCS (Eixo 3).

# Principais impactos e fatores de vulnerabilização socioambiental que o programa visa mitigar

## Atuação direta

- ▶ Aplicação inadequada das rendas petrolíferas por parte dos municípios;
- ▶ Dependência dos municípios em relação às rendas petrolíferas;
- ▶ Desinformação/ alienação dos (as) participantes para/com o uso das rendas petrolíferas;
- ▶ Diminuição da governabilidade local e do controle social;
- ▶ Perda e/ou diminuição no recebimento de rendas petrolíferas.

## Atuação indireta

- ▶ Ausência e/ou sobrecarga da infraestrutura coletiva;
- ▶ Adensamento populacional;
- ▶ Aumento da dependência econômica dos municípios sobre a indústria naval.
- ▶ Especulação imobiliária;
- ▶ Sobrecarga de serviços públicos;

## Fatores de vulnerabilização

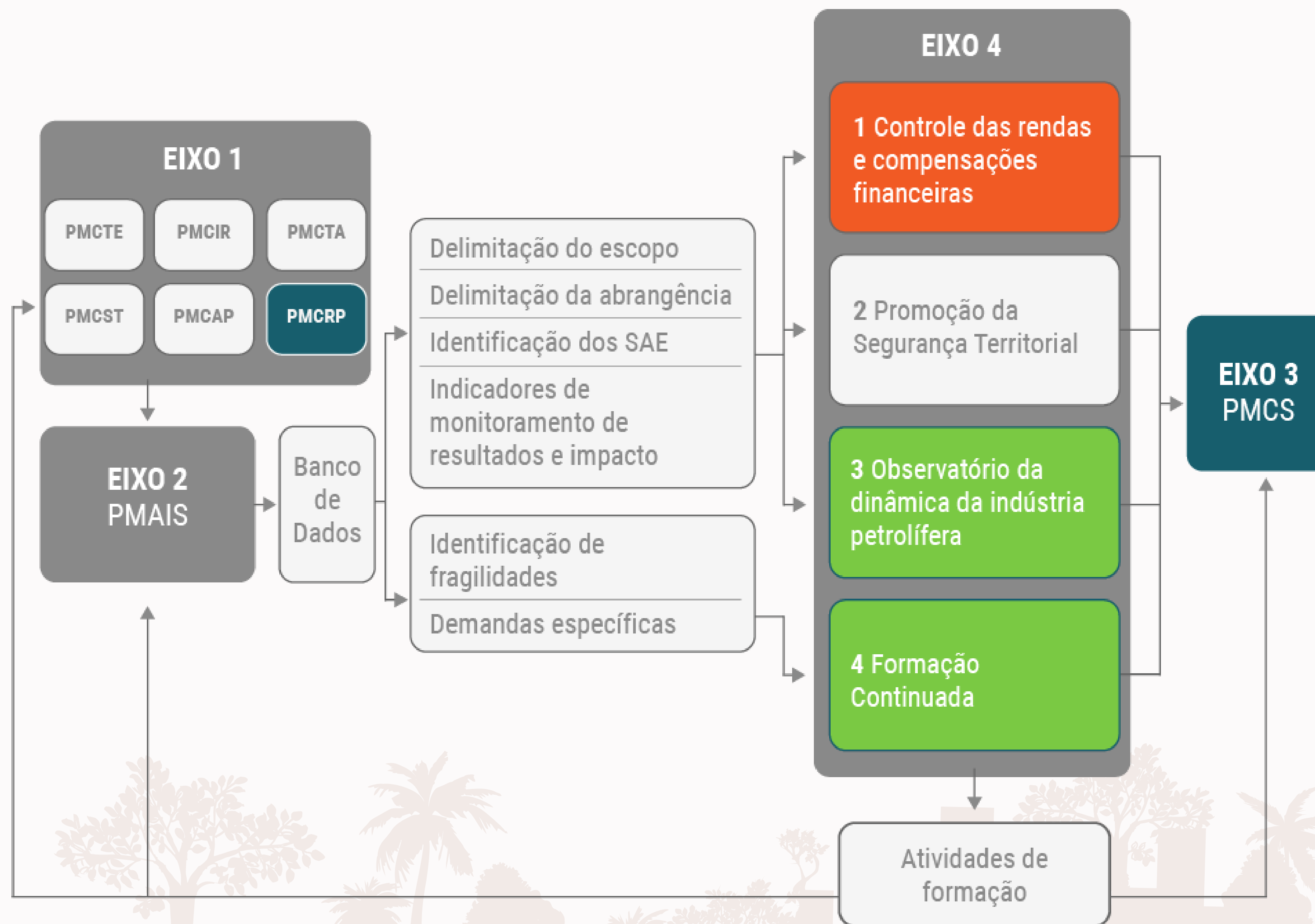
- ▶ Alijamento político;
- ▶ Destituição de rendas, bens e serviços públicos;
- ▶ Racismo ambiental.



## Perspectiva da mitigação



### Interação com os demais Programas do Plano Macro



# Conjunto de indicadores do Programa

Divulgação e comunicação

Equidade, inclusão e diversidade

Incidência política

Infraestrutura

Mobilização

Investimento por finalidade

Processos de ensino-aprendizagem

## Indicadores específicos

Gerados quando combinados os indicadores gerais com o grau de dependência de rendas petrolíferas.

**Exemplos:** % de participantes por perfil por grau de dependência e indicadores de incidência política conforme grau de dependência

## Considerações acerca do programa

- ▶ A metodologia deve prever a **articulação permanente** dos grupos e municípios e sua participação em encontros regionais, estaduais e nacionais que debatam as rendas petrolíferas e seu uso nas instâncias estadual e federal;
- ▶ Recomenda-se a **integração das equipes** deste programa com o PMCRP;
- ▶ Este programa **substitui as Linha A, B e C da NT nº 01/2010**;
- ▶ Indica-se a necessidade de quando do delineamento metodológico, qualificar o critério de **inclusão e/ou exclusão de municípios** aptos a participarem do programa de forma integrada ao PMCRP.





# Obrigado!

2

# Programa Macrorregional de Segurança Territorial das Comunidades Pesqueiras

## Justificativa

### Impactos

Impactos na área da pesca      Perda de identidade cultural



### Intuito

Desenvolver ações que estruturam a intervenção das comunidades por meio da formulação de instrumentos de defesa de territórios.

considerando a perspectiva da *segurança territorial*

## Participantes

Comunidades  
pesqueiras  
artesanais

## Abrangência

Comunidades e bairros  
pesqueiros

## Periodicidade

Ciclos de 5 anos

## Objetivo geral

**Mitigar** a perda de acesso aos territórios pesqueiros, e outros impactos que incidem sobre as comunidades pesqueiras artesanais e em seus territórios, visando sua defesa e a qualificação da participação popular nos espaços de decisão, contribuindo para a segurança territorial de comunidades pesqueiras artesanais.

## Objetivos específicos

1

**Mobilizar** participantes e conduzir processos de ensino-aprendizagem visando a segurança territorial das comunidades pesqueiras artesanais;

2

**Produzir** material didático sobre gestão territorial e demais necessidades do programa, considerando as informações produzidas pelo PMCAP; PMCTE e PMAIS;

3

**Promover** a participação qualificada dos(as) pescadores(as) artesanais nos espaços deliberativos e consultivos afeitos a sua realidade em nível municipal, regional, estadual e federal;

4

**Contribuir** com as comunidades pesqueiras artesanais para a construção e/ou implementação de instrumentos de defesa do território pesqueiro;

5

**Assessorar** iniciativas de acesso a direitos e políticas públicas, incluindo o reconhecimento profissional das pescadoras artesanais;

6

**Assessorar** iniciativas que fomentem a diversidade sociocultural das comunidades pesqueiras artesanais;

7

**Assessorar** a criação, estruturação e regularização de entidades para representação de pescadores e pescadoras artesanais;

8

**Promover** o debate sobre:

- a) gestão de riscos e emergências associadas a cadeia produtiva de P&G, em especial atenção aos planos de emergência individual, planos de área e plano nacional de contingência, conforme Lei do Óleo (Lei 9.666/2000);
- b) o papel da compensação ambiental prevista na Lei do SNUC (Lei 9.985/2000) na segurança territorial das comunidades pesqueiras artesanais;

9

**Divulgar** os resultados do programa conforme previsto no PMCS (Eixo 3)

# Principais impactos e fatores de vulnerabilização socioambiental que o programa visa mitigar

## Atuação direta

- ▶ Alteração no regime tradicional de uso e ocupação;
- ▶ Aumento da insegurança na permanência de comunidades tradicionais no território;
- ▶ Aumento da insegurança à navegação;
- ▶ Diminuição do consumo de pescado;
- ▶ Diminuição do estoque pesqueiro;
- ▶ Perda do território pesqueiro e/ou acesso a áreas de pesca;
- ▶ Perda e/ou diminuição da identidade histórico-cultural, do sentimento de pertencimento ao território e dos saberes tradicionais;
- ▶ Redução da atividade turística de base comunitária;
- ▶ Sobreposição de área de circulação de pesca.



## Atuação indireta

- ▶ Alteração no ciclo reprodutivo da fauna;
- ▶ Adensamento populacional
- ▶ Alteração da beleza cênica;
- ▶ Aumento de acidentes marítimos (colisão entre embarcações);
- ▶ Aumento de perda e/ou danos a equipamentos de pesca;
- ▶ Destruição e/ou alteração de habitat marinho;
- ▶ Especulação imobiliária;
- ▶ Introdução ou disseminação de espécies exóticas através das embarcações;
- ▶ Perda e/ou diminuição da qualidade de vida (doenças crônicas, distúrbios psicológicos).
- ▶ Perda e/ou diminuição da qualidade de vida (doenças crônicas, distúrbios psicológicos).
- ▶ Perda de biodiversidade marinha;

## Fatores de vulnerabilização

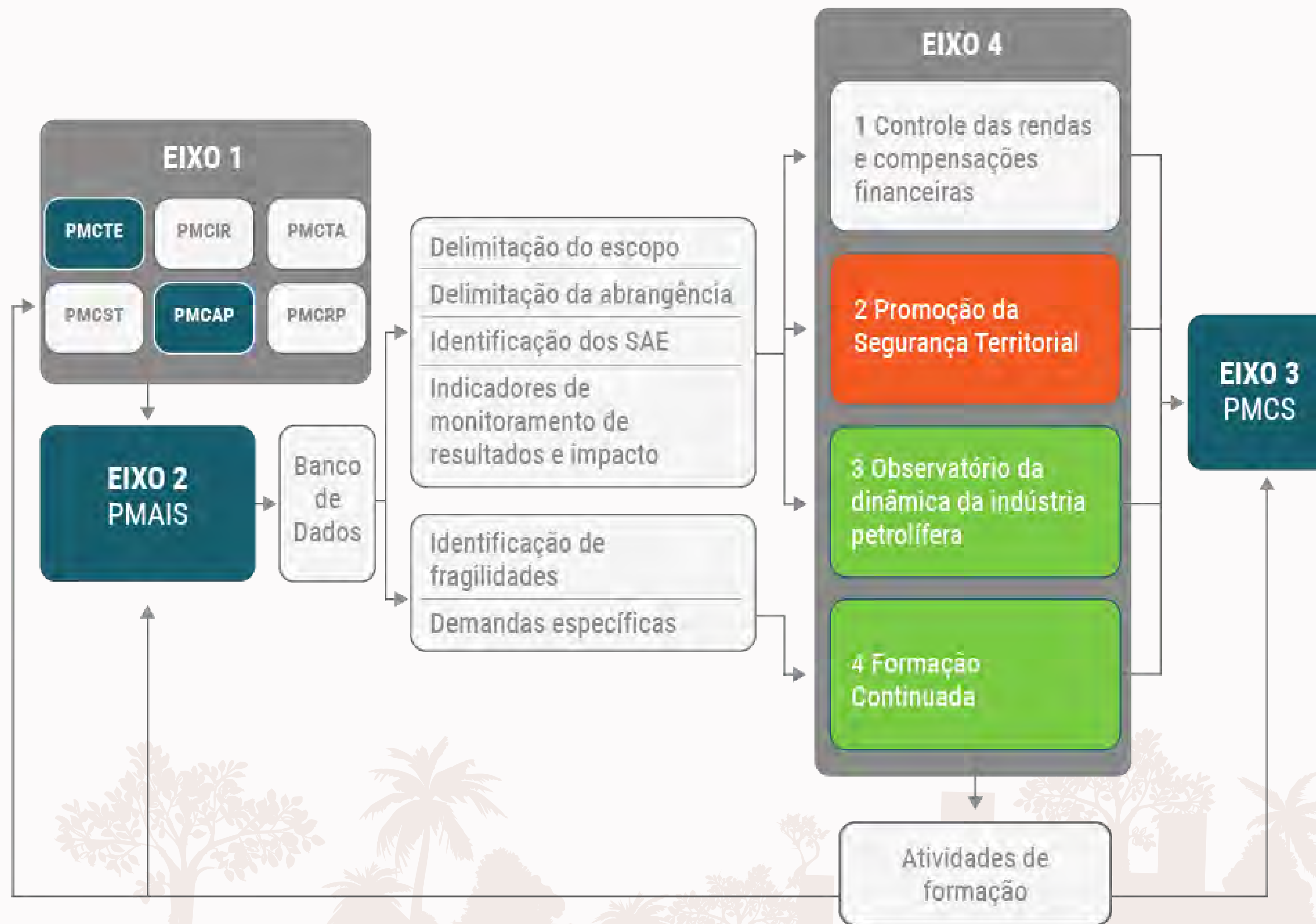
- ▶ Alijamento político;
- ▶ Ausência de mecanismos de proteção aos territórios necessários à reprodução social de povos e comunidades tradicionais
- ▶ Destituição de rendas, bens e serviços públicos;
- ▶ Racismo ambiental.



## Perspectiva da mitigação



### Interação com os demais Programas do Plano Macro



## Conjunto de indicadores do Programa

Divulgação e comunicação

Equidade, inclusão e diversidade

Incidência política

Infraestrutura

Mobilização

Investimento por finalidade

Processos de ensino-aprendizagem

### Indicadores específicos

Gerados quando combinados com aspectos específicos da temática da segurança territorial,

**Exemplo:** Incidência política - nº propostas (encaminhadas, aprovadas, executadas) que fortalecem a segurança territorial.

## Considerações acerca do programa

- ▶ Este programa não tem correspondência com as Linhas de Ação para programas de Educação Ambiental da Nota Técnica nº 01/2010, mas **se articula com as temáticas das Linhas de Ação A e F;**
- ▶ Sugere-se avaliar a pertinência de ações relacionadas à **indenização de petrechos de pesca** constituírem uma ação deste programa.

**Obrigada!**

3

# Programa Macrorregional Observatório da Dinâmica da Indústria Petrolífera



## Justificativa

### Impactos

Impactos concentrados, resultando impactos cumulativos e sinérgicos que necessitam gestão.



### Intuito

Atuar sobre os impactos considerando a implementação de novos empreendimentos, descomissionamento e o registro temporal na dinâmica da indústria.

considerando a perspectiva do **acesso à informação e debate público**

## Abrangência

Núcleos contendo os municípios do Plano Macro, Mar Territorial e Zona Econômica Exclusiva (ZEE) adjacentes

## Participantes

Pesquisadores(as) articulados(as) a movimentos sociais e grupos populares impactados, profissionais das diversas áreas do conhecimento, representantes de organizações da sociedade civil e movimentos sociais

## Periodicidade

Ciclos de 3 anos

## Objetivo geral

**Monitorar** a dinâmica de implantação de empreendimentos da cadeia produtiva de petróleo e gás, em suas diferentes fases (planejamento, instalação, operação e descomissionamento), com vistas a assessorar os grupos sociais impactados e contribuir para o debate público.



# Objetivos específicos

1

**Monitorar** a dinâmica de implantação de empreendimentos da cadeia produtiva de petróleo e gás, inclusive infraestrutura de apoio, em suas diferentes fases (planejamento, instalação, operação e descomissionamento);

2

**Produzir** e divulgar conteúdos a partir das informações do monitoramento, considerando a adequação de linguagem, possibilitando assessorar os grupos sociais vulneráveis aos impactos;



3

**Apoiar** redes de entidades e profissionais com interesse na assessoria aos grupos populares impactados por estes empreendimentos

4

**Promover** a participação de representantes dos grupos populares impactados pelos empreendimentos no programa;

5

**Promover** eventos com vistas ao debate público sobre os resultados do monitoramento contextualizando o papel da gestão ambiental pública;

6

**Divulgar** os resultados do programa conforme previsto no PMCS (Eixo 3)



# Principais impactos e fatores de vulnerabilização socioambiental que o programa visa mitigar

## Atuação direta

- ▶ Desinformação/alienação dos sujeitos comunitários para/ com o empreendimento;
- ▶ Diminuição da governabilidade local e do controle social.

## Atuação indireta

- ▶ Adensamento populacional;
- ▶ Alteração da beleza cênica;
- ▶ Alteração no regime tradicional de uso e ocupação;
- ▶ Aumento no tráfego marítimo;
- ▶ Ausência e/ou sobrecarga da infraestrutura coletiva;
- ▶ Aumento de acidentes rodoviários;
- ▶ Aumento da movimentação (transporte) de insumos e resíduos;
- ▶ Aumento da pressão sobre aterros sanitários e industriais;
- ▶ Aumento na demanda de serviços portuários;
- ▶ Aumento no tráfego aéreo;
- ▶ Aumento no tráfego rodoviário;
- ▶ Desvalorização e/ou desinteresse na contratação de mão-de-obra local;
- ▶ Formação de lixões/depósitos de resíduos.
- ▶ Perda e/ou diminuição da qualidade de vida (doenças crônicas, distúrbios psicológicos).
- ▶ Pressão na infraestrutura portuária;
- ▶ Perda e/ou diminuição da qualidade de vida (doenças crônicas, distúrbios psicológicos);
- ▶ Sobrecarga de serviços públicos;

## Fatores de vulnerabilização

- ▶ Alijamento político;
- ▶ Destituição de rendas, bens e serviços públicos;

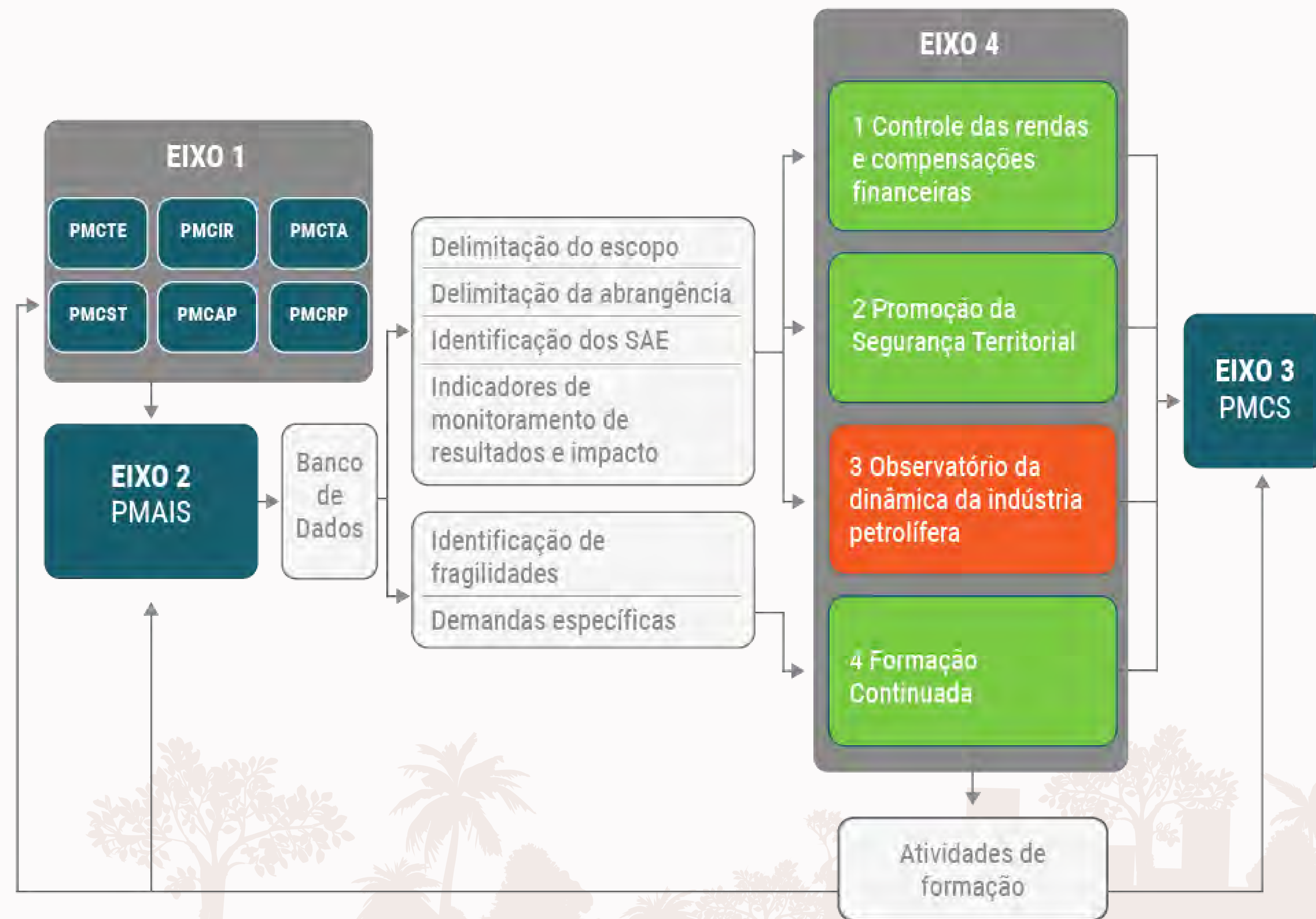




## Perspectiva da mitigação



## Interação com os demais Programas do Plano Macro



## Conjunto de indicadores do Programa

Divulgação e comunicação

Equidade, inclusão e diversidade

Incidência política

Infraestrutura

Mobilização

Investimento por finalidade

Processos de ensino-aprendizagem

### Indicadores específicos

Gerados quando combinados com características aspectos específicos do monitoramento e licenciamento de processo da implantação da indústria  
**Exemplo:** nº propostas (encaminhadas, aprovadas, executadas) sobre processos que envolvam licenciamento ambiental da indústria do petróleo (incidência política)



## Considerações acerca do programa



- ▶ Desde a formulação da metodologia, indica-se prever na equipe técnica a **participação de integrantes dos grupos populares e movimentos sociais**;
- ▶ O Observatório deve considerar o monitoramento de arranjos político-institucionais dos empreendimentos, para o correto **endereçoamento de demandas**;
- ▶ Em relação às redes, a proposição é de a participação ocorrer de forma voluntária. Caberá a entidade executora responsável por **apoiar e fomentar a rede**, limitando o apoio com infraestrutura, logística e, se necessário, secretaria executiva;



- ▶ O monitoramento de empreendimentos e dos instrumentos de ordenamento e gestão ambiental/ territorial deve ser apresentado em formato de **sistema de informação georreferenciada**, contemplando, em linguagem adequada, fichas técnicas sobre cada elemento monitorado e também produtos audiovisuais;
- ▶ Indica-se contemplar **diferentes fases/ciclos de implementação**, por exemplo, a 1ª fase definir uma metodologia padronizada, a 2ª fase um levantamento preliminar dos elementos que são objeto de mapeamento do programa e a 3ª fase contemplaria um esforço de atualização;
- ▶ A metodologia deve ser oriunda da **educação ambiental crítica e comunicação popular**;
- ▶ Recomenda-se que a metodologia promova **articulação com os demais programas do Eixo 4**, com alinhamento mediado pelo Programa Macrorregional de Formação Continuada;

- 
- ▶ Recomenda-se que a equipe técnica executora tenha como atribuição **mobilizar as redes de pesquisadores(as) e movimentos sociais**;
  - ▶ O programa poderá tanto **apoiar redes existentes**, quanto **apoiar a criação de novas redes**;
  - ▶ Ressalta-se que as **infraestruturas de apoio** a serem monitoradas pelo Observatório deverão ser definidas pela equipe executora do programa.
  - ▶ Este programa não tem correspondência na NT nº 01/2010, mas destina-se às temáticas que são objeto da **Linha de Ação A, C e F**.
- 

**Obrigada!**

4

# Programa Macrorregional de Formação Continuada



## Justificativa

### Fragilidades

Limites institucionais do licenciamento e das relações entre órgão ambiental, consultorias e participantes dos programas do Plano Macro



### Intuito

Formação sobre conteúdos que são comuns aos diversos programas ou que são centrais à mitigação dos impactos socioambientais de produção e escoamento de P&G.

considerando a *promoção da integração de equipes técnicas e socialização dos resultados*

## Participantes

Equipes técnicas que atuam na estruturação e implementação dos programas do Plano Macro

## Abrangência

Todo o Plano Macro

## Periodicidade

Ciclos de 3 anos



## Objetivo geral

**Promover** o alinhamento teórico-metodológico entre os(as) participantes envolvidos(as) na implementação do Plano Macro, contribuindo para o fortalecimento dos programas e a governabilidade da COPROD/IBAMA.



## Objetivos específicos

1

**Conduzir** processos de ensino-aprendizagem relacionados a temáticas que perpassam todos os programas do Plano Macro;

2

**Construir** espaços de intercâmbio de experiências profissionais entre as equipes que atuam na implementação do Plano Macro, permitindo a reflexão acerca da própria prática e qualificação do licenciamento ambiental federal;



3

### Integrar as equipes técnicas para:

- a) alinhamento quanto às competências, temáticas e articulação dos programas macrorregionais;
- b) atuação qualificada e o diálogo entre as equipes envolvidas nos diferentes programas macrorregionais, estimulando a participação e a interação das(os) diversas(os) participantes envolvidas(os);

4

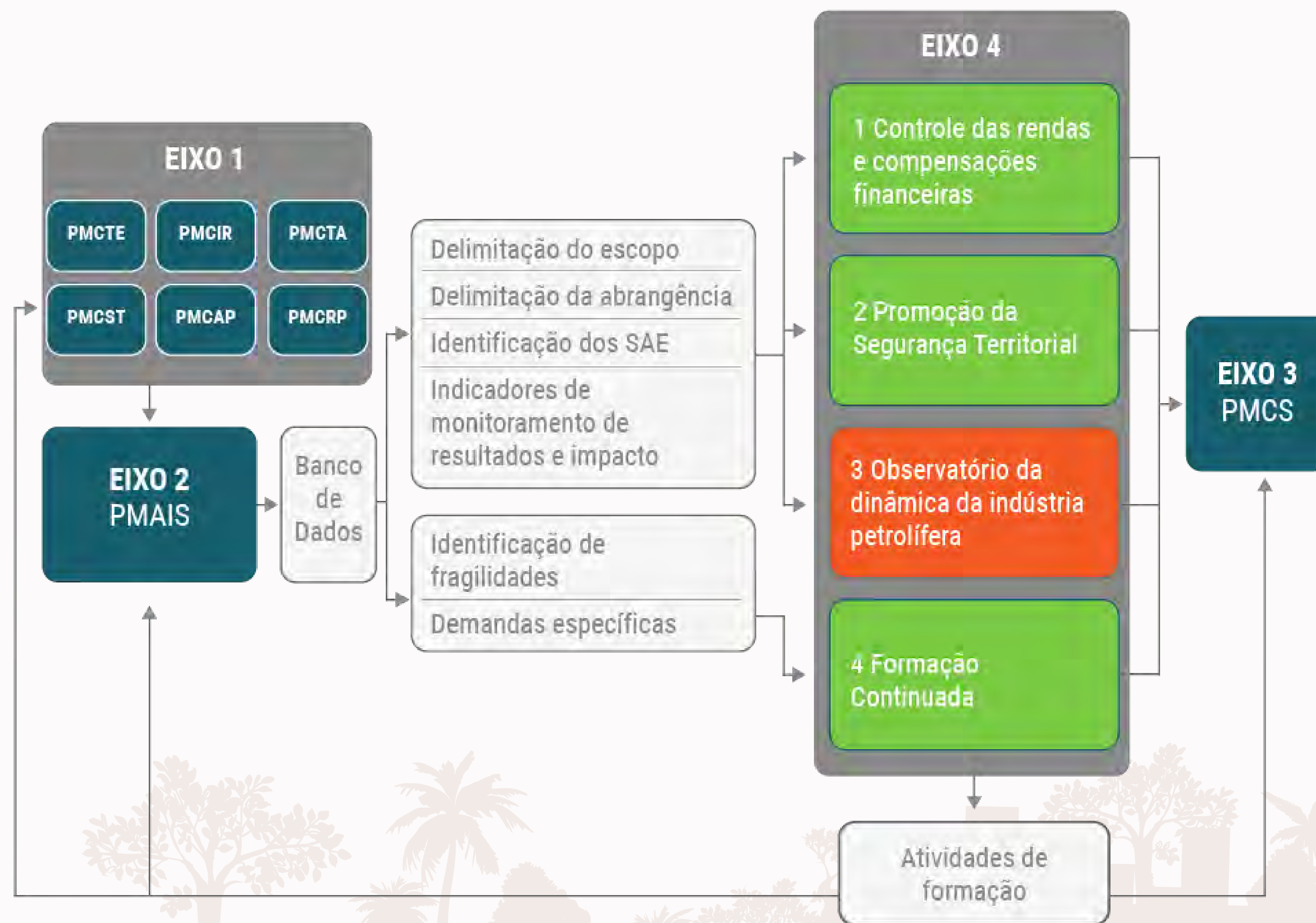
**Divulgar** os resultados do programa conforme previsto no PMCS (Eixo 3)



## Perspectiva da mitigação



## Interação com os demais Programas do Plano Macro



# Conjunto de indicadores do Programa

Divulgação e comunicação

Equidade, inclusão e diversidade

Processos de ensino-aprendizagem

Investimento por finalidade

Mobilização

## Indicadores específicos

Gerados quando combinados com características dos participantes das formações. **Exemplo:** N° de participantes (absoluto e relativo) por nível hierárquico/cargo/função (equipes técnicas Plano Macro)



## Considerações acerca do programa

- ▶ Sugere-se incluir **diferentes processos de ensino-aprendizagem, materiais didáticos, conteúdos em diferentes linguagens;**
- ▶ Indica-se envolver a equipe técnica da COPROD/IBAMA na elaboração e execução da formação continuada, visando a **integração de saberes e a troca de experiências e o alinhamento entre idealizadores do Plano Macro e seus executores.** Ao mesmo tempo, entende-se da relevância do Programa para participação dos próprios analistas, considerando a relevância sobre formulações teóricas e conteúdos que não integram sua formação profissional ou que demandam atualização;

- ▶ Recomenda-se que o programa tenha ações periódicas e continuadas de **integração entre as equipes que atuam no Plano Macro**;
- ▶ Indica-se que a equipe técnica formadora realize um **diagnóstico inicial do perfil dos(as) participantes** (formação, área de atuação, experiência e interesse profissional, estendendo os dados coletados por meio da caracterização do perfil de participante) da formação continuada, com o objetivo de contribuir para a elaboração do projeto pedagógico;
- ▶ Recomenda-se que a equipe técnica formadora elabore o **projeto pedagógico da formação continuada** contemplando os diferentes perfis, garantindo a acolhida de novos(as) integrantes das equipes técnicas executoras dos programas do Eixo 4;
- ▶ Propõe-se que a equipe técnica formadora conduza **processos de avaliações permanentes**, considerando as dimensões de formato e conteúdo, a cada encontro formativo. Bem como, avaliações internas da equipe técnica formadora;

- ▶ Recomenda-se que os processos de ensino-aprendizagem considerem os seguintes **temas para serem abordados durante a formação continuada**: avaliação de impacto ambiental, observando os impactos cumulativos e sinérgicos; mitigação de impactos; licenciamento ambiental federal de petróleo e gás e seus limites institucionais; gestão ambiental pública enquanto um instrumento da Política Nacional de Meio Ambiente; indicadores socioambientais; comunidades pesqueiras, rendas petrolíferas, orçamento público, cidadania e controle social, segurança territorial, vulnerabilização socioambiental; saúde ambiental, entre outras, considerando as bases teórico-metodológicas comuns da **Educação Ambiental Crítica** e da **Ecologia Política**;
- ▶ Este programa **não possui correlação** com as linhas de ação da Nota Técnica nº 01/2010;
- ▶ Em termos executivos, este programa **pode ser integrado ao escopo do PMAIS e/ou PMCS** desde que seja mantida uma equipe dedicada aos processos de ensino-aprendizagem envolvendo profissionais da área da educação ambiental e popular dedicados a formulação e implementação dos processos de ensino-aprendizagem.

# Obrigada!